



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO ESPECIAL Nº 1832571 - SP (2019/0244434-6)

RELATOR : MINISTRO BENEDITO GONÇALVES
RECORRENTE : C. H. L. LOCADORA DE IMOVEIS LTDA
ADVOGADO : MARCIO ANTONIO DA SILVA NOBRE - SP207986
RECORRIDO : FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCURADOR : RENATA BARROS GRETZITZ - SP132206

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. FUNDAMENTO AUTÔNOMO NÃO IMPUGNADO. SÚMULA 283/STF. NÃO INDICAÇÃO DE DISPOSITIVO DE LEI FEDERAL SUPOSTAMENTE VIOLADO. SÚMULA 284/STF. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DE DISPOSITIVO DE LEI FEDERAL SOBRE O QUAL SE ALEGA A INTERPRETAÇÃO DIVERGENTE. SÚMULA 284/STF. RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto com fundamento no artigo 105, III, “a” e “c”, da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo TJSP, assim ementado (fl. 109):

CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. Direito do advogado, nos termos da regra do artigo 23 do EOAB. Recurso interposto pela empresa representada pelo causídico. Ilegitimidade recursal caracterizada. Decisão que não conheceu do recurso de agravo. Pretensão a sua reconsideração, ou, em hipótese negativa, de julgamento colegiado. Decisão ratificada.

Agravo não provido.

Embargos de declaração rejeitados às fls. 140-142.

O recorrente alega divergência jurisprudencial e sustenta, em síntese, que i) a leitura atenta ao art. 23 do EOAB discorre apenas sobre o direito autônomo do advogado em executar a sentença, podendo requerer o precatório quando se fizer necessário; e ii) *é notório que todo entendimento jurisprudencial é uníssono no sentido de que, embora as verbas honorárias se faz em direito autônomo ao Advogado da parte, o direito de questioná-la e pleiteá-la fazem-se de maneira concorrente, cabendo quaisquer das partes serem inclusas ao pólo da demanda.* (fl. 121)

Contrarrazões às fls. 146-148.

Juízo positivo de admissibilidade às fls. 149-150.

É o relatório. Passo a decidir.

O recorrente, ao direcionar a sua tese no sentido de que a leitura atenta ao art. 23 do EOAB discorre apenas sobre o direito autônomo do advogado em executar a sentença, podendo requerer o precatório quando se fizer necessário, deixou de impugnar o fundamento do acórdão recorrido segundo o qual *admitia-se a legitimidade concorrente sob o regime do Código de 1973, dada a regra de seu art. 20, segundo a qual os honorários de sucumbência eram fruto de condenação da parte vencida em favor da parte vencedora.* (fl. 110)

A referida fundamentação, por si só, mantém o resultado do julgamento ocorrido na Corte de origem e torna inadmissível o recurso que não a impugnou. Incide à hipótese/ao caso a Súmula 283/STF.

No tocante à tese de que *é notório que todo entendimento jurisprudencial é uníssono no*

sentido de que, embora as verbas honorárias se faz em direito autônomo ao Advogado da parte, o direito de questioná-la e pleiteá-la fazem-se de maneira concorrente, cabendo quaisquer das partes serem incluídas ao pólo da demanda, o recorrente, no caso dos autos, não individualizou qual dispositivo de lei federal ou tratado se apresenta malferido. De fato, revelam-se deficientes as razões do recurso especial quando o recorrente limita-se a expor alegações genéricas e não indica qual dispositivo de lei federal ou tratado foi contrariado pelo acórdão recorrido, situação que se evidencia nos autos e impede o conhecimento do recurso. Aplica-se à hipótese a Súmula 284/STF.

Da mesma forma, não houve indicação de dispositivo de lei federal sobre o qual se alega a interpretação divergente. A jurisprudência desta Corte firmou-se no sentido de que a ausência de indicação do dispositivo legal objeto de interpretação divergente, configura deficiência na fundamentação recursal, o que impede o conhecimento do apelo nobre interposto com fundamento no artigo 105, III, "c", da Constituição Federal. Incidência da Súmula 284/STF. Nesse sentido: AgInt no REsp 1.624.206/PR, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 15/12/2016; AgInt no REsp 1.622.220/SP, Rel. Ministra Assusete Magalhães, Segunda Turma, DJe 15/12/2016; AgRg no AREsp 682.625/PE, Rel. Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, DJe 25/11/2016; AgInt no AREsp 842.727/RN, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe 6/10/2016.

Ante o exposto, **não conheço** do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF) 03 de abril de 2020.

Ministro Benedito Gonçalves

Relator